

Reajuste salarial de servidores da PBH é aprovado em 2º turno

Assunto:

REAJUSTE SALARIAL



Sob os olhares atentos de servidores que lotaram a galeria do plenário Amyntas de Barros, reajuste salarial foi aprovado

Sob os olhares atentos dos servidores municipais que lotaram a Câmara, o plenário aprovou, nesta quinta-feira (3/10), em 2º turno, o Projeto de Lei 589/13 e emendas que concedem reajustes remuneratórios e outros benefícios aos trabalhadores do Poder Executivo. As proposições aprovadas, conforme as manifestações dos servidores que lotaram a Casa, atendem às demandas da categoria. Também ficou acertado que será constituída uma comissão com representantes dos funcionários e dos Poderes Executivo e Legislativo para discutir o plano de carreira dos Agentes de Combate a Endemias e dos Agentes Comunitários de Saúde.

Para que os servidores tivessem tempo de decidir se iam apoiar a aprovação do PL 589/13, a reunião foi suspensa pelo presidente da Casa, Léo Burguês de Castro (PSDB), que convidou os líderes sindicais a fazerem uso do microfone do plenário. Após debaterem a proposta do Executivo, a maioria dos servidores municipais ratificou o interesse na aprovação. Em seguida, a reunião foi retomada pelos vereadores.

Conforme pactuado com os servidores, o artigo 15 foi suprimido do texto, de modo a atender à demanda dos fiscais sanitários. Caso o dispositivo tivesse sido aprovado, a categoria poderia optar por integrar o plano de carreira da área de fiscalização integrada. De acordo com representantes do Sindibel, esta medida não fora objeto de negociação e, por isso, o Sindicato apoiou sua retirada do projeto do Executivo.

Já em observância às reivindicações dos Agentes de Combate a Endemias e dos Agentes Comunitários de Saúde foi suprimido o parágrafo 2º do artigo 6º. Caso ele tivesse sido aprovado, os servidores teriam que abrir mão de ações judiciais trabalhistas contra a Prefeitura para fazerem jus ao reajuste remuneratório previsto no PL.

A aprovação da Emenda 6, de autoria do vereador Dr. Nilton (PSB), garantiu aos Agentes Comunitários de Saúde a possibilidade de transferirem sua residência para uma área diferente daquela em que trabalham sem prejuízos à sua carreira funcional.

Outra demanda do sindicato, a recriação do cargo de Fiscal Sanitário de nível médio, foi contemplada com a aprovação da Emenda 7, também de autoria de Dr. Nilton, que esteve à frente das negociações com o Sindibel.

Redução de impostos

Objeto de muita discussão em plenário, o PL 439/13, que concede redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) às empresas de *call center* que efetuam serviço de cobrança amigável de dívidas, foi aprovado pelos vereadores em 1º turno.

Parlamentares da oposição criticaram a medida do Executivo, que pretende reduzir de 5% para 2% a alíquota a ser paga pelas empresas do setor. Contrário à medida, o vereador Pedro Patrus (PT) afirmou que ela vai retirar recursos do município que poderiam ser investidos em áreas importantes como saúde e educação. Gilson Reis (PCdoB), Adriano Ventura (PT) e Arnaldo Godoy (PT) também criticaram a redução de impostos para o empresariado. Reis lembrou que as empresas de *call center* oferecem empregos precários aos trabalhadores, muitas vezes, em desrespeito à legislação trabalhista.

Em resposta ao argumento de Reis, o vereador Sergio Fernando Pinho Tavares (PV) afirmou que a fiscalização das condições de trabalho nas empresas de *call center* não é competência da Prefeitura e defendeu a aprovação do projeto como incentivo à manutenção e à geração de empregos em Belo Horizonte. Nesta mesma perspectiva, Marcelo Aro (PHS) afirmou que se a diminuição do imposto não fosse aprovada, as prestadoras do serviço poderiam se mudar para cidades da Região Metropolitana que oferecem carga tributária mais baixa, provocando a redução de vagas de trabalho na capital.

Os vereadores também apreciaram o Projeto de Resolução 641/13, que aprova as contas do município relativas ao exercício financeiro de 2002. Mesmo com a aprovação, o vereador Marcelo Aro afirmou que entende ser necessária a realização de uma audiência pública para que Fernando Pimentel (PT), prefeito em 2002, apresente esclarecimentos sobre as contas de sua gestão.

O plenário também aprovou, em 1º turno, o PL 372/13, que amplia o quantitativo de cargos públicos efetivos de Enfermeiro, Técnico de Serviços de Saúde e de Técnico Superior de Saúde, bem como os empregos públicos de Agente de Combate a Endemias I.

O PL 351/13, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, também foi aprovado em 1º turno. De acordo com a justificativa do Executivo, que é autor do projeto, a medida vai garantir a harmonização da legislação municipal com a dos demais entes federados, atendendo aos compromissos firmados entre o governo federal e a Fifa para a realização dos eventos esportivos no Brasil. O projeto trata, entre outros assuntos, do consumo e comercialização de alimentos e bebidas nos estádios e da segurança nos locais oficiais da competição.

Assista [aqui](#) à reunião na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quinta-Feira, 3 Outubro, 2013 - 00:00
